

O INQUÉRITO JUDICIAL – ASPECTOS PRÁTICOS

Maria de Fátima Reis Silva

Inquérito judicial

- Inquérito judicial
- Omissão da prestação de contas – art. 67º
- Recusa da aprovação de contas reformadas – 68º nº2
- Violação do dever de informação – 181º nº6, 216º e 292º
- Redução da remuneração de gerentes – 255º nº2 (Ac. TRP de 11/07/12)
- Abuso de informação – 449º nºs 1 e 2 e 450º

Inquérito judicial

- ▣ Inquérito para prestação de contas – art. 67º Código das Sociedades Comerciais
- ▣ Todos os demais casos – arts. 1479º do Código de Processo Civil (arts. 1048º e ss. do NCPC)
 - Cfr. Acs. TRL de 17/04/12, 20/09/11, TRE de 30/09/09 e TRP de 29/05/07

Inquérito judicial

- A cumulação de pedidos
- Entre inquérito para prestação de contas e por violação do direito à informação
 - Cumulação aparentemente admissível mas com grandes inconvenientes na tramitação conjunta (Ac. TRP de 19/12/07)
- Entre inquérito e pedidos cautelares comuns ou especificados
- Entre inquérito por violação de informação e as providências previstas no art. 292º do Código das Sociedades Comerciais

Inquérito judicial

- ▣ As acções de prestação de contas
 - Erro na forma do processo – Acs. STJ de 26/09/05 e de 07/01/10, TRL de 30/06/11 e de 20/10/09 e TRP de 23/11/10
- ▣ Cumulação entre pedidos que seguem a forma de processo comum e a forma de processo especial são, regra geral, ilegais

Inquérito judicial

- ▣ A questão da legitimidade (*ad substantium*) activa dos gerentes para intentar inquérito judicial contra a sociedade
- ▣ Jurisprudência:
 - O socio gerente tem o direito de pedir inquérito judicial:
 - ▣ Ac. TRP de 07/11/11
 - ▣ Acs. TRL de 28/02/12 e de 20/11/09
 - ▣ Ac. TRC de 28/03/07
 - O socio gerente não tem o direito de pedir inquérito judicial:
 - ▣ Ac. STJ de 01/07/97
 - ▣ Acs. TRL de 17/07/09 e de 21/09/06

Inquérito judicial

- Tramitação
- Fase inicial comum – citação
 - Legitimidade activa
 - Cessionario – Ac. STJ de 13/05/99
 - Sócio que cedeu a quota – Ac. STJ de 12/12/96
 - Prejudicialidade da acção em que se discute a qualidade de sócio – Ac. TRL de 12/04/11
 - Os sócios de sociedade dominante não têm direito directo à informação (e a inquérito) sobre a sociedade dominada – decisão TCLx de 03/11/10

Inquérito judicial

- ▣ Limitações nas sociedades anónimas:
 - Direito mínimo à informação – art. 288º do Código das Sociedades Comerciais – 1% do capital social
 - Direito colectivo à informação – art. 291º do Código das Sociedades Comerciais – 10% do capital social
- ▣ Extensão do direito à informação a não sócios – art. 293º:
 - Representante comum de obrigacionistas
 - Usufrutuário (quando lhe caiba o direito de voto)
 - Credor pignoratício de acções (quando lhe caiba o direito de voto)

Inquérito judicial

- Inquérito para prestação de contas – decisão: considerar ou não justificada a apresentação de contas
- Justificada - fixação de prazo
 - nomeação de responsável pela elaboração
- Não justificada - nomeação de responsável pela elaboração

Inquérito judicial

- ▣ Inquérito por violação de informação
 - Necessidade de indicação dos pontos de facto a averiguar
 - Decisão: houve ou não violação do direito à informação – cfr. Ac. TRL de 20/09/11 e TRP de 26/10/06
 - ▣ Não violação – improcedência
 - ▣ Violação – ordenar a prestação da informação;
- ordenar a realização do inquérito
- ▣ Processamento – arts. 302º a 304º do Código de Processo Civil *ex vi* 1409º nº1 do mesmo diploma (986º e 292º a 295º do NCPC)

Inquérito judicial

- Realização do inquérito – a tramitação posterior – art. 1482º Código de Processo Civil (1051º do NCPC) – cfr. Ac. STJ de 26/01/12
- A fixação dos pontos de facto
- Se após a notificação da decisão sobre a matéria de facto nada for requerido, o processo pode findar
- Na sequência desta decisão as partes podem requerer as providências previstas no art. 292º do Código das Sociedades Comerciais que se processam nos mesmos autos.
- Regime de custas específico – art. 1483º do Código de Processo Civil e 1052º do NCPC

Inquérito judicial

▣ Jurisprudência

- Licitude da recusa de documentos fora da sede social – Ac. STJ de 10/07/97
- Transitado o despacho que ordenou o inquérito não pode decidir-se que não há direito ao mesmo – Ac. STJ de 09/05/02
- Delimitação e/ou sobreposição entre violação do direito à informação como fundamento de inquérito judicial e de anulação de deliberações sociais – Ac. STJ de 16/03/11

Inquérito judicial

- Inexistência de obrigação de apresentação de contas em sociedade em liquidação depois de aprovadas as contas finais e antes de encerrada a liquidação – Ac. TRL de 08/06/10
- Âmbito da recusa de prestação de informação – Ac. TRL de 02/10/08
- Especialidades das medidas cautelares decretadas durante a realização de inquérito – Ac. TRL de 31/01/08
- Extensão do direito à informação nas sociedades anónimas – Ac. TRE de 28/10/09

Inquérito judicial

- O inquerito judicial destina-se a permitir o acesso à informação; a ampliação do objecto do inquérito no decurso do processo tem também que ser fundada em violação do direito à informação – Ac. TRE de 28/10/09

Obrigada!